

CÓD: OP-032AB-23 7908403535231

SEE-AC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ACRE

Professor PNS- P2- EJA I

EDITAL Nº 001 SEAD/SEE, DE 23 DE MARÇO DE 2023

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos Tipologia textual. Relação entre a linguagem verbal e as outras linguagens	5
2.	Ortografia oficial.	14
3.	Acentuação gráfica.	15
4.	Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	15
5.	Emprego do sinal indicativo de crase	23
6.	Sintaxe da oração e do período.	23
7.	Emprego dos sinais de Pontuação.	26
8.	Concordância nominal e verbal.	27
9.	Regência nominal e verbal.	29
10.	Significação das palavras. Semântica.	30
11.	Redação de correspondências oficiais.	30
12.	Reescritura de frase.	39
13.	Função social da linguagem	40
14.	Variação linguística.	41
15.	Mecanismos de organização textual: coesão e coerência.	42
16.	Figuras de linguagem.	42
1.	História, Historiografia e Realidade Étnica e Social do Acre: A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos "paulistas" nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas.	55
2.	Política e Economia do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução das Ocupações e do Emprego, População.	59
3.	Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre	66
4.	Geografia do Acre: Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre.	66
5.	Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre.	76
6.	Modos de vida no campo e na cidade	77
	onhecimentos Específicos ofessor PNS - P2 - EJA I	
1.	Pressupostos teóricos para a Educação de Jovens e Adultos em Paulo Freire: a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia	83
2.	O perfil do educador da EJA enquanto mediador da aprendizagem	83
3.	A Andragogia no processo de aprendizagem de adultos.	84
4.	A Educação de Jovens e Adultos: caracterização do perfil dos alunos e alunas da EJA	85
٠.	n Eddaugus de Johans e Additos, cardetentagas do perm dos didrios e didrios da Esta	55

Matemática

1.	Espaço e Forma: localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e alguma indicação de posição, direção e sentido	89
2.	Identificação de características do cubo e do quadrado	90
3.	Análise de representações em malha quadriculada e fornecimento de instruções para localização e movimentação de um objeto ou pessoa no espaço usando terminologia própria. Análise de representações em malha quadriculada, usando coordenadas	91
4.	Percepção de semelhanças e diferenças entre esferas, cilindros, cubos, cones, paralelepípedos, prisma de base triangular e pirâmide em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	92
5.	Identificação de elementos como faces, vértices e arestas de poliedros como pirâmides, cubos e paralelepípedos e outros prismas, em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações	98
6.	Identificação de planificação de figuras tridimensionais como cubo, paralelepípedo, pirâmide	99
7.	Identificação de triângulo, quadrados retângulos, pentágono e círculos, nas faces planas de uma figura tridimensional, reconhecendo lados e ângulos dos polígonos	100
8.	Descrição, interpretação e representação da movimentação de uma pessoa ou objeto no espaço e construção de itinerários	106
9.	Escrita numérica: as hipóteses infantis	107
10.	A função social dos números	108
11.	Construção de fatos básicos da adição, da subtração, da multiplicação e da divisão a partir de situaçõesproblema	108
12.	Leitura e produção de escritas numéricas	117
13.	Desenvolvimento de procedimentos de cálculo: mental, escrito, exato e aproximado	118
14.	Leitura e representação de tabelas e gráficos, localização e interpretação de dados neles contidos	118
15.	Resolução de situações-problema envolvendo grandezas como: massa, comprimento, capacidade, temperatura	123
Cié	ências	
1.	Ambiente: semelhanças, diferenças e elementos em comum nos diversos ambientes	129
2.	Seres vivos (inter-relação)	129
3.	Equilíbrio ecológico	130
4.	Biodiversidade	130
5.	Recursos naturais	130
6.	Importância da preservação	131
7.	Ser humano e saúde: fases da vida, alimentação e higiene sistema imunológico, modos de transmissão e prevenção de	
•	doenças contagiosas	132
8.	Recursos tecnológicos: aproveitamento do solo, água e alimentos	133
His	stória e Geografia do Acre	
1.	O educando: o autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola	139
2.	O espaço imediato: participação do educando como ser social, político e histórico; a presença da cultura nos modos de ser e de fazer de seu povo.	139
3.	História e cultura Afro-Brasileira	140
4.	Deslocamentos populacionais	140
5.	Grupos étnicos e lutas sociais	142
6.	Organizações políticas e administrações urbanas	142
7.	Linguagem cartográfica: leitura de mapas	143

	ÍNDICE ————————————————————————————————————	
8.	Modos de vida no campo e na cidade	143
9.	Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade	143
10.	Apropriação e transformação da natureza	144
11.	Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país	144
Со	enteúdo Digital	
Le	gislação	
1.	Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	4
2.	Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	42
3.	Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação	58
4.	Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	73
5.	Lei Federal nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	83
6.	Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial	100
7.	Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	101
8.	Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre	108
9.	Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obriga-	110

Conteúdo Digital
Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua "Área do Cliente" em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/

- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada "Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas".

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo. Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valemos para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

"A imaginação é mais importante do que o conhecimento."

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto. In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio "Mais vale um pássaro na mão do que dois voando".

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz "A é igual a B", "B é igual a C", "então A é igual a C", estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma "Amigo de amigo meu é meu amigo" não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.
- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapesada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

A crise de preços desse produto, nos primeiros anos do século XX, acabou dando origem a um modelo de ocupação baseado em atividades de subsistência e comerciais em escala reduzida, dependente diretamente dos recursos naturais disponíveis no local. Contudo, a partir de 1912, o Brasil perdeu a supremacia da borracha. Esse fato foi ocasionado pelos altos custos da extração do produto, que impossibilitavam a competição com as plantações do Oriente; inexistência de pesquisas agronômicas

em larga escala devidamente amparadas pelo setor público; falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica; carência de uma mão de obra barata da região, elemento essencial ao sistema produtivo; insuficiência de capital financeiro aliada à distância e às condições naturais adversas da região. Os seringueiros que trabalhavam na extração do látex se mantiveram em alguns seringais, sobrevivendo por meio da exploração da madeira, pecuária, comércio de peles e atividades ligadas à coleta e produção de alimentos.

Por mais de cem anos essa sociedade teve como base a exploração da borracha, castanha, pesca, madeira, agricultura e pecuária em pequena escala. Se, por um lado, essa tradição contribuiu para a manutenção quase inalterada dos recursos naturais, gerou graves desigualdades sociais pela ausência de políticas de infraestrutura social e produtiva para a maioria da população.

Impacto sobre as sociedades indígenas

Como parte do mesmo processo desencadeado pela demanda da borracha, caucheiros peruanos vindos do Sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Díos e ocupar as terras acreanas pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos sem ter para onde fugir ou como resistir à enorme pressão que vinha do capital internacional, que dependia da borracha amazônica. Para os índios inaugurou-se um novo tempo: de senhores das terras da Amazônia Sul-ocidental passaram a ser vistos como entrave à exploração da borracha e do caucho na região.

Desde o estabelecimento da empresa extrativista da borracha até a década de 1980, os índios do Acre passaram por uma longa fase de degradação de sua cultura tradicional, que inclui expropriação da mão de obra, descaracterização da cultura e desestruturação da organização social. O encontro entre culturas indígenas e não-indígenas foi marcado pelo confronto, que se expressou de forma cruel e excludente. Entre os anos de 1880 e 1910, o intenso ritmo da exploração da borracha resultou no extermínio de inúmeros grupos indígenas. Além disso, o estabelecimento da empresa extrativista da borracha alterou a forma de organização social dos índios. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer.

A escassez da mão de obra levou ao emprego crescente das comunidades indígenas remanescentes nos seringais. Os comerciantes sírio-libaneses substituíram as casas aviadoras de Belém e Manaus na função de abastecer os barracões e manter ativos os seringais, e a população foi se estabelecendo na beira dos rios, dando origem a um segmento social tradicional do Estado, os ribeirinhos.

Ribeirinhos

No curso dos anos de exploração da borracha e mesmo entre as crises, às margens dos rios do Acre estabeleceram-se os ribeirinhos, que constituíram comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que utilizam os rios como principal meio de transporte, de produção e de relações sociais.

O ribeirinho, em sua maioria, é oriundo do Nordeste ou descende de pessoas daquela região. Destacamos que, com as agudas crises da borracha, muitos desses homens e suas famílias se fixaram nas margens dos rios, constituindo um tipo de população tradicional com estilo próprio na qual o rio tornou-se um dos elementos centrais de sua identidade.

Os produtores ribeirinhos desenvolvem uma economia de subsistência bastante diversificada, ao mesmo tempo adaptada e condicionada pelo meio ambiente, sem agredi-lo com práticas como queima e desmatamento da floresta. Por isso, sempre estiveram junto com os seringueiros na organização e defesa dos direitos de ocupação das áreas onde viviam.

Autonomia acreana

Apesar de o Tratado de Petrópolis ter reconhecido o território acreano como brasileiro, a incorporação ocorreu na forma de território e não como um Estado independente. Isso desagradou o povo acreano, em razão de sua dependência do poder executivo federal, pois significava que o Acre não tinha direito a uma Constituição própria, não podia arrecadar impostos, dependia dos repasses orçamentários do governo federal e sua população não poderia votar nas funções executivas ou legislativas.

Além disso, os administradores nomeados pelo governo federal não tinham nenhum compromisso com a sociedade acreana, situação agravada pela distância e isolamento das cidades e ineficiência dos serviços públicos.

A autonomia política do Acre tornava-se, então, a nova bandeira de luta. Começaram a ser fundados clubes políticos e organizações de proprietários e/ou de trabalhadores em diversas cidades como Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Em poucos anos a situação social acreana se agravaria em muito devido à redução no preço da borracha, que passou a ser produzida no sudeste asiático. A radicalização dos conflitos logo produziria efeitos mais graves: o assassinato de Plácido de Castro, em 1908, um dos líderes da oposição ao governo federal, e em 1910, registrou-se a primeira revolta autonomista em Cruzeiro do Sul, sendo seguida por Sena Madureira, em 1912, e em Rio Branco, em 1918, todas sufocadas à força pelo governo brasileiro.

A sociedade acreana viveu então um dos períodos mais difíceis da sua história. Os anos 20 foram marcados pela decadência econômica provocada pela queda dos preços internacionais da borracha. Os seringais faliram. Toda a riqueza acumulada havia sido drenada, ficando o Acre isolado. A população local buscou novas formas de organização social e de encontrar novos produtos que pudessem substituir a borracha no comércio internacional. Os seringais se transformaram em unidades produtivas mais diversificadas. Tiveram início a prática de agricultura de subsistência que diminuía a dependência de produtos importados, a intensificação da colheita e exportação da castanha e o crescimento do comércio de madeira e de peles de animais silvestres da fauna amazônica. Começavam assim, impulsionadas pela necessidade, as primeiras experiências de manejo dos recursos florestais acreanos.

A situação de tutela política sobre a sociedade acreana, entretanto, mantinha-se inalterada. Nem mesmo o novo período de prosperidade da borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar esse quadro. Durante três anos (1942-1945), a "Batalha da Borracha" trouxe mais famílias nordestinas para o Acre, repovoando e enriquecendo novamente os seringais. Essa melhoria do contexto econômico fez com que os anseios autonomistas ganhassem nova força e, em 1962, depois de uma longa batalha legislativa, o Acre ganhou o status de Estado e o povo passou a exercer plenamente sua cidadania.

Sulistas no Acre

Os anos 70 e 80 desenharam outro contexto para o Acre com a vinda dos chamados "paulistas". Essa identidade foi atribuída de forma genérica a grandes empresários sulistas e migrantes rurais que vieram para o Acre com objetivo de especular com a compra de grandes seringais. É importante salientar que, apesar de número razoável de pessoas oriundas das regiões Sul e Sudeste para os Projetos de Colonização, houve um grande número de pessoas residentes em áreas de florestas ou rurais dirigidas para os Projetos de Assentamento. Nesse sentido, os assentamentos serviam para atenuar pressões do Sul e Sudeste, mas principalmente das existentes no Acre, pela qual muitas pessoas foram mortas e expulsas de suas terras.

Embora dados do Incra indiquem a atual existência de concentração de áreas nas mãos de grandes proprietários, mesmo dentro dos projetos de colonização, esse fato não ocorria na época da criação deles. Naquela oportunidade, esses espaços foram loteados e ocupados por famílias pobres e sem-terra, basicamente seringueiros e posseiros.

Pressões vindas de vários segmentos sociais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre, entre os quais se destacaram os ex-seringueiros e posseiros expulsos dos seringais por ocasião do processo de transferência das terras acreanas para os fazendeiros do Centro-Sul.

Em meados de 70 do século XX, as tensões entre pecuaristas e latifundiários de um lado e seringueiros do outro fomentaram a expropriação destes dos seringais, dando origem a um contingente de desempregados nos bairros e no entorno das cidades acreanas. Parcela significativa de famílias migrou para os seringais da Bolívia, ali constituindo família e criando novas identidades. Esse novo ator social foi designado por um grupo de estudiosos como "brasivianos". Contexto diferente ocorreu nos anos 80, quando os seringueiros passaram a se organizar politicamente devido as fortes tensões e pela expropriação de suas terras e da proibição do uso dos recursos naturais.

Ao custo de muitos conflitos e mortes, a sociedade acreana conseguiu redirecionar o modelo econômico implantado pelos militares na década de 60. O assassinato de líderes representativos como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, entre outros, evidenciou a força da reação da sociedade local aos agentes externos e produziu o recuo daqueles investidores que apenas buscavam exploração de curto prazo dos recursos naturais e da força de trabalho.

A partir dos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80 e 90, o Acre passou a ser o cenário de inúmeras experiências inovadoras de gestão de recursos naturais e investimentos sociais, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que defendiam seus direitos, os diversos grupos sociais elaboravam novas propostas que foram sendo implementadas, em pequena escala, em todo o Estado.

Os conflitos foram se tornando cada vez mais explosivos e, em 1980, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, foi assassinado. Muitas outras mortes ocorreriam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que provocou o reconhecimento internacional da sua causa, na luta em defesa da floresta e de seus povos.

Não deve ser esquecida, nesse contexto, a importância crescente que as questões ambientais vêm assumindo, internacional e nacionalmente. Essa conjugação de circunstâncias fez com que as populações tradicionais recebessem apoio nacional e internacional dos diversos movimentos que apontavam a necessidade da manutenção dos recursos naturais.

Anexação

O processo de incorporação do Acre ao Brasil decorreu do desbravamento de populações do Nordeste, que o povo arame o fizeram produtivo, repetindo a proeza dos bandeirantes de São Paulo, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII. No caso do Acre, foram as secas nordestinas e o apelo econômico da borracha - produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais - que motivaram a movimentação de massas humanas oriundas do Nordeste, para aquela região amazônica. Datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos que iniciaram a abertura de seringais. Até então, o Acre era habitado apenas por índios não aculturados, uma vez que a expansão luso--brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não o havia alcançado. A partir dessa época, no entanto, a região tornou--se ativa frente pioneira, que avançou pelas três vias hidrográficas existentes: o rio Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá.

O território do Acre pertencia à Bolívia até o início do século XX, embora desde as primeiras décadas do século XIX a maioria da sua população fosse formada por brasileiros que exploravam os seringais e não obedeciam à autoridade boliviana, formando, na prática, um território independente e exigindo a sua anexação ao Brasil. Em 1899, na tentativa de assegurar o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos e fundaram a cidade de Puerto Alonso, hoje Porto Acre. Os brasileiros revoltaram-se com tal providência, o que resultou na disseminação de vários conflitos, que somente terminaram com a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu, em parte por compra e em parte pela troca de pequenas áreas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o futuro território e depois Estado do Acre.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos, forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

Portanto, o espaço imediato do educando é um ambiente rico em oportunidades para a construção da sua identidade individual e coletiva. A participação do educando como ser social, político e histórico e a valorização da cultura nos modos de ser e de fazer do povo são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O Brasil possui uma das maiores populações negras do mundo, resultado da chegada de mais de 4 milhões de homens, mulheres e crianças escravizados durante o comércio de escravos nos meados do ano de 1500. A cultura afro é um conjunto de manifestações culturais que sofreram influência africana no país. A cultura africana no Brasil é uma mistura de influências portuguesas, indígenas e africanas.

Após a abolição da escravatura em 1888, os negros libertos enfrentaram muitos desafios para se inserirem na sociedade brasileira, com preconceito e discriminação sendo frequentes. Apesar de terem conquistado sua liberdade, os escravos continuaram sofrendo discriminação, humilhação e maus-tratos. Muitos não tinham bens e nem um local para morar, o que gerou problemas como as favelas que ainda hoje encontramos no país. No entanto, a cultura afro-brasileira resistiu e se fortaleceu, com a música, a religião, a culinária e outras manifestações culturais se mantendo vivas e influenciando a cultura brasileira como um todo.

O samba é um exemplo emblemático dessa influência cultural, tendo surgido no Rio de Janeiro a partir das comunidades negras. Outras manifestações culturais importantes incluem a capoeira, o candomblé, a umbanda, a congada e outras festas populares.

A valorização da história e cultura afro-brasileira só começou a ganhar força no século XX, com movimentos sociais e culturais lutando pela valorização e respeito à herança africana no Brasil. Em 2003, foi aprovada a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio em todo o país.

A história e cultura afro-brasileira são fundamentais para compreendermos a diversidade e riqueza cultural do Brasil, assim como para promover a igualdade e o respeito entre todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica.

Religião

Durante o período de escravidão no Brasil, os negros eram obrigados a seguir o catolicismo, mas muitos mantinham sua religião africana em segredo, por causa das perseguições. A partir da década de 1950, com o enfraquecimento dessas perseguições, a Umbanda passou a ser mais aceita pela classe média carioca. Além disso, outras religiões de origem africana são praticadas no Brasil, sendo o Candomblé uma das mais conhecidas.

Segundo dados do IBGE, apenas 0,3% dos brasileiros afirmam seguir religiões de origem africana, mas é importante lembrar que muitas pessoas praticam essas religiões de forma reservada, o que dificulta a obtenção de números precisos. A diversidade religiosa é uma das características mais marcantes do Brasil, e as religiões de matriz africana têm uma importância fundamental na formação da cultura e da identidade do povo brasileiro.

Artes

Existem diversas expressões de arte afro-brasileira, como é o caso do Alaka Africano, também conhecido como pano de costas, produzido por tecelãs em Salvador. Além disso, há o Museu Afro Brasileiro, que se dedica a estudar, divulgar e defender temas relacionados à cultura afro-brasileira. Localizado na Fundação Pierre Verger, em Salvador, o museu conta com exposições de fotos, arte e outras manifestações culturais afro-brasileiras.

Música e Dança

A música brasileira é uma fusão de diferentes influências, entre elas a africana, que deixou uma forte marca no samba e em outros gêneros musicais.

A dança também foi profundamente influenciada pela cultura africana, como no caso do maculelê, uma dança folclórica que tem origem em uma antiga arte marcial armada e está muito ligada à capoeira, uma manifestação cultural que mistura arte marcial, esporte, cultura e música, trazida pelos africanos ao Brasil. Essas expressões artísticas e culturais são importantes para a valorização da cultura afro-brasileira e sua preservação como patrimônio histórico e cultural do país.

Culinária

A culinária brasileira recebeu forte influência da cozinha africana, e um exemplo marcante é a feijoada, prato que teria sido criado nas senzalas.

A culinária baiana é especialmente rica em elementos de origem africana, como o azeite de dendê, extraído de uma palmeira africana que foi trazida ao Brasil durante a época colonial. A utilização desse ingrediente é característica da culinária afro-baiana e pode ser encontrada em pratos como o acarajé, o vatapá e o caruru. Além disso, outros pratos e ingredientes de origem africana que se destacam na culinária brasileira são o bobó de camarão, o quiabo, o angu, o mocotó e a pamonha.

A culinária afro-brasileira é uma expressão importante da cultura e história do país, e tem ganhado cada vez mais visibilidade e valorização nos últimos anos.

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

As migrações são movimentos populacionais que envolvem a mudança de pessoas de uma região para outra, de um país para outro ou do campo para a cidade, como no caso do êxodo rural. Essas migrações podem ser internas, quando ocorrem dentro do mesmo país ou região, ou internacionais, quando pessoas imigram de um país para outro.

Existem diversos tipos de migrações, como a migração rural-rural, que ocorre de uma área agrícola para outra, incluindo a transumância, que é o movimento de trabalhadores rurais em busca de trabalho em diferentes regiões. Outro tipo é a migração pendular, que é a deslocação diária de trabalhadores de suas residências até o local de trabalho em grandes centros urbanos.

O êxodo rural é outro tipo comum de deslocamento populacional, envolvendo a migração de áreas rurais para áreas urbanas. Já a migração intraurbana é um deslocamento de curta distância, de uma cidade para outra. O nomadismo é uma prática em que as pessoas não têm uma habitação fixa e vivem mudando de residência, sendo comum em regiões como a Ásia e o norte da África.

A migração de retorno é outro tipo de migração, envolvendo o regresso dos imigrantes à região ou ao país de origem, como ocorreu com muitos brasileiros que residiam nos Estados Unidos e retornaram ao Brasil durante a crise econômica de 2007.

As migrações são motivadas por diversas causas, como questões econômicas, políticas, desastres naturais, conflitos militares e motivos religiosos. Esses movimentos populacionais impactam tanto o lugar de origem quanto o de destino, e podem ocorrer de forma legal ou ilegal, com o imigrante podendo ser um refugiado ou requerente de asilo.

Principais regiões de destino de imigrantes Principais regiões de saída de imigrantes Principais fluxos

Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI

Os deslocamentos populacionais ocorrem quando um grande número de pessoas se movimenta de um lugar para outro, seja dentro do mesmo país ou para outro país. Esses deslocamentos podem ser motivados por diversos fatores, como conflitos armados, desastres naturais, busca por emprego, estudo, melhor qualidade de vida ou até mesmo para reunir-se com familiares que já se encontram em outro lugar.

Adaptado de Enciclopédia do estudante: geografia geral. São Paulo: Moderna, 2008.

Tipos de deslocamentos

- Espontâneos deslocamentos voluntários
- Forçados motivados por perseguições políticas, étnicas ou religiosas
- Tutelados países que controlam a entrada de pessoas
- Por interesses econômicos dos países desenvolvidos nações economicamente prósperas que necessitam de mão de obra de alta especialização para determinados setores tecnológicos

No caso dos deslocamentos forçados, as pessoas muitas vezes são obrigadas a deixar suas casas e suas terras em busca de segurança e proteção. Isso pode ocorrer em casos de conflitos armados, perseguições políticas, étnicas ou religiosas, ou desastres naturais. Essas pessoas muitas vezes são chamadas de refugiados e requerem proteção e assistência especial das autoridades governamentais e organizações internacionais.

Já os deslocamentos voluntários são motivados por razões pessoais e muitas vezes ocorrem em busca de melhores oportunidades, como trabalho, estudo ou qualidade de vida. Esses deslocamentos podem ocorrer dentro do mesmo país, como é o caso da migração de trabalhadores de áreas rurais para áreas urbanas, ou entre países, como a imigração de pessoas de países mais pobres para países mais desenvolvidos em busca de melhores condições de vida.

Consequências dos deslocamentos

Os deslocamentos populacionais têm impactos significativos tanto para as pessoas que se deslocam quanto para as comunidades de origem e de destino. Esses impactos podem ser positivos, como o enriquecimento cultural e econômico, ou negativos, como o aumento da pressão sobre os serviços públicos, conflitos culturais e sociais e a degradação do meio ambiente.

- Consequência demográfica: Os movimentos migratórios afetam diretamente a população das áreas de origem e destino. Nas zonas de repulsão populacional, a migração pode levar à diminuição da população, enquanto nas áreas de atração, o número de habitantes pode aumentar consideravelmente.